



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Rogéria Santos | REPUBLICANOS/BA

**PROJETO DE LEI Nº , de 2023**

(Da Sra. **ROGÉRIA SANTOS**)

Altera a Lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para acrescentar a previsão de fiscalização por meio de monitoração eletrônica em acusados ou condenados nos casos de violência contra a mulher e/ou violência doméstica e familiar devendo estar interligado ao dispositivo do botão do pânico de proteção à mulher.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010 que altera o Art. 146-B da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar acrescido do inciso VI, nos seguintes termos:

“Art. 2º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 146-B. O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando:

VI - em acusados ou condenados nos casos de violência contra a mulher e/ou violência doméstica e familiar, devendo o dispositivo estar interligado ao dispositivo do botão do pânico de proteção à mulher;

.....(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Rogéria Santos | REPUBLICANOS/BA

### JUSTIFICAÇÃO

À luz do artigo 22, inciso I da Constituição Federal (CF)<sup>1</sup>, que expressa ser de competência privativa da União para legislar sobre direito processual penal, senão, vejamos:

*“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:*

*I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;”*

Tendo em vista tal competência legislativa, assim como a necessidade de alterar o artigo 2º da Lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010<sup>2</sup> que altera o Art. 146-B da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para que passe a vigorar acrescido do inciso VI, que determina a possibilidade do juiz definir a fiscalização por meio de monitoração eletrônica em acusados ou condenados nos casos de violência contra a mulher e/ou violência doméstica e familiar devendo estar interligado ao dispositivo do botão do pânico da vítima.

Urge frisar que essa possibilidade se encontra regulamentada no Enunciado 36, do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais de Justiça dos Estados e suas corregedorias, como na jurisprudência, com o objetivo de assegurar a proteção às vítimas de violência doméstica e familiar, assim como combater própria violência contra a mulher e o feminicídio, vejamos o Enunciado 36 da CNJ<sup>3</sup> e a jurisprudência<sup>4</sup> que expressam:

*“ENUNCIADO 36: Poderá ser utilizado mecanismo compulsório de controle eletrônico em desfavor do autor de violência para a garantia do cumprimento das medidas protetivas de urgência.”*

HABEAS CORPUS. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO.

<sup>1</sup> Acesso disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

<sup>2</sup> Acesso disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12258.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12258.htm)>.

<sup>3</sup> Acesso disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contr-a-mulher/forum-nacional-de-juizes-de-violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher-fonavid/enunciados/>>.

<sup>4</sup> Acesso disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/franca-aprova-lei-sobre-uso-de-bracelete-eletronico-contr-feminicidio/>>.







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Rogéria Santos | REPUBLICANOS/BA

USO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA. NECESSIDADE CONCRETAMENTE DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PREDICADOS PESSOAIS. 1. Não há constrangimento ilegal a ensejar a concessão da ordem se a decisão que determinou a monitoração eletrônica encontra-se devidamente fundamentada, presentes seus requisitos legais, havendo notícias de descumprimento das medidas protetivas anteriormente decretadas. 2. Os predicativos pessoais favoráveis do paciente, ainda que comprovados, por si sós não obstam a decretação da monitoração eletrônica, mormente quando o julgador visualizaa presença de seus requisitos ensejadores. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

(STJ - RHC: XXXXX GO XXXXX/XXXXX-1, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Publicação: DJ 09/03/2021)

Deste modo, o consenso jurídico seja por meio do Enunciado do CNJ, ou do entendimento jurisprudencial, resta clarividente que esse recurso tecnológico vem sendo utilizado e tem se apresentado eficaz, eficiente e efetivo a fim de garantir a proteção das vítimas de violência, e ainda, permite uma melhor atuação das autoridades responsáveis, visto que o acusado ou condenado nos casos de violência doméstica e familiar estará sendo fiscalizado pela órgãos de monitoramento, sendo imprescindível que o dispositivo de monitoração eletrônica esteja interligado ao dispositivo do botão do pânico da(s) vítima(s) viabilizando o alerta imediato de ameaça ou de violação de direitos junto a central de monitoramento e a autoridade policial que deverão atuar de maneira conjunta a fim de garantir a proteção das vítimas dos seus agressores.

Na França, foi aprovado na Assembleia Nacional<sup>5</sup> o uso de monitoração eletrônica para a vigilância de autores de violência contra a mulher por meio de bracelete eletrônico (bracelete anti aproximação) que é conectado a um receptor usado pela vítima, a fim de prevenir em caso de aproximação ilícita a

<sup>5</sup> Acesso disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/franca-aprova-lei-sobre-uso-de-bracelete-eletronico-contrafeminicidio/>>.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Rogéria Santos | REPUBLICANOS/BA

fim de reduzir o feminicídio. Notem que 92 dos 95 deputados presentes votaram a favor da proposição legislativa como forma de proteção da mulher vítima de violência.

Diante do exposto, dada a altíssima relevância desta proposição legislativa que tem por finalidade promover a política de proteção à mulher, ainda, certa do compromisso dos meus nobres pares com a causa das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, conclamo-os ao apoio e aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

**ROGÉRIA SANTOS**

Deputada Federal

